

# Governo quer inflação de 10% em 94

■ Índice, previsto para dezembro, depende da aprovação das medidas do ajuste fiscal

CRISTIANO ROMERO E  
NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA — As medidas que o governo anuncia terça-feira completando a segunda fase do plano econômico do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, projetam uma queda gradual da inflação, de modo que em dezembro de 1994 a taxa mensal esteja em torno de 10%. A idéia é que os preços caiam, principalmente, como resultado do ajuste fiscal, eliminando-se a necessidade imediata de medidas heterodoxas, como o congelamento, para derrubar abruptamente a alta de preços. Segundo um integrante da equipe econômica, a queda da inflação será maior quanto mais rápida for a adoção das medidas do ajuste fiscal.

O nível ideal de inflação só será atingido, segundo estimativa da equipe, em dois anos, o que significa que o processo a ser iniciado nos

próximos meses terá que ser complementado pelo próximo presidente da República. Na avaliação dos técnicos, aprovado o ajuste fiscal pelo Congresso, estarão criadas as condições para a adoção de um plano de estabilização econômica irreversível, que será entendido dessa forma pela sociedade. O equilíbrio das contas do governo é o encontro do país com o seu próprio destino. Acontecerá mais cedo ou mais tarde, comenta um técnico.

**Crise política** — O aprofundamento da crise política obrigou o ministro da Fazenda a fazer, na semana passada, várias reuniões com políticos para avaliar as possibilidades de aprovação do ajuste. A principal conclusão desses encontros preocupou Fernando Henrique. Segundo seus interlocutores, se antes a fragilidade do Congresso aumentava as possibilidades de aprovação, agora o envolvimento de dezenas de parlamentares nas

denúncias de corrupção torna bem mais complicada a apreciação das medidas. "Será difícil até conseguir quórum agora", avalia o senador Beni Veras (PSDB-CE).

Até agora, nenhuma das medidas anunciadas pelo governo foi sequer enviada ao Legislativo. Na terça-feira, Fernando Henrique começa a acelerar o calendário político de seu plano. Divulga a criação do novo indexador da economia, conhecido até o momento por Unidade de Referência (UR), e encaminha ao Congresso o novo orçamento para 1994, com cortes de US\$ 22,1 bilhões, e a proposta de emenda constitucional que cria o fundo social de emergência, provavelmente na quarta.

O plano econômico, explica Fernando Henrique, será executado em três momentos. No primeiro, a equipe faz o ajuste fiscal, que eliminará a necessidade do governo de emitir títulos públicos para finan-

ciar seus gastos. No segundo, lançará a UR, a *moeda-índice* — a idéia é incentivar os agentes econômicos a utilizarem o novo indexador, que terá cotação diária, provavelmente a variação cambial e valor definido a partir de uma relação entre reservas cambiais mais patrimônio da União e o dinheiro existente na economia.

**Terceira fase** — No terceiro momento, o governo irá deflagrar o programa de estabilização, cujo resultado será a queda da inflação. Segundo a estratégia do plano, revelada pelo assessor especial Edmar Bacha a um grupo de senadores do PSDB, quando isso acontecer, o governo não emitirá mais cruzeiros reais. Os preços serão cotados em UR, mantendo-se inalterada a sua cotação. A quantidade de UR em circulação equivalerá ao montante acumulado pelas reservas e as ações de estatais.